



Processo nº 48000. 002285/2011-19

CONTRATO Nº 45/2012-MME

**PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE REDE LOCAL DE COMPUTADORES COM EQUIPAMENTOS SWITCHES, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E A EMPRESA REDISUL INFORMÁTICA LTDA.**

A **União**, por intermédio do **Ministério de Minas e Energia**, inscrito no CNPJ sob n.º 37.115.383/0001-53, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", cidade de Brasília-DF, neste ato representado por seu **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, Senhor **Marcelo Cruz**, portador da Cédula de Identidade n.º 761561 - SSP/DF e CPF n.º 316.297.171-34, com fundamento no Artigo 42, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria Executiva/MME aprovada pela Portaria GM/MME nº 144 de 23.06.2006, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2006, doravante denominado simplesmente **Contratante** e, de outro lado, a **empresa Redisul Informática Ltda**, inscrita no CNPJ nº 78.931.474/0001-44, situada à Rua Raphael Papa, 75 – Jardim Social – Curitiba-PR – CEP: 82.530-190 – Tel.: (41) 3201-2700 / 3263-3769, aqui representada por seu **Sócio Administrador**, Senhor **Paulo Antonio Fuck de Oliveira**, portador da Cédula de Identidade n.º 4.684.588-9 – SSP-PR e CPF n.º 595.839.677-34, daqui por diante denominada **Contratada**, têm entre si, justo e avençado e celebram o presente **Contrato de solução de rede local de computadores com equipamentos switches**, que tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do **Processo Administrativo** supra mencionado, **Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 04/2012**, regendo-se o mesmo pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000; Decreto n.º 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto n.º 7.174, de 12 de maio de 2010; Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010; Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 04, de 12 de novembro de 2010 e suas alterações; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 no que couber e com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais disposições aplicáveis, bem como pelas condições do Edital referido, pelos termos da proposta e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para fornecimento, instalação e configuração de Solução de Rede local de computadores com Equipamentos Switches, Sistemas de Segurança e Solução de correlação de eventos, incluindo também, testes da solução ofertada, manutenção e assistência técnica, mediante o Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

**Subcláusula Única** - São partes integrantes deste Instrumento como se nele transcrito:

- a) Termo de Referência e seus Anexos;
- b) Proposta da Contratada, datada de 09/02/2012, com os documentos que a compõem;
- c) Correspondências trocadas entre o Contratante e a Contratada sobre o objeto desta contratação, bem como os demais elementos e instruções contidas no processo em referência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA SOLUÇÃO/EQUIPAMENTOS, DOS PRAZOS, TESTES, SUPORTE, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA.**

A Contratada deverá fornecer os equipamentos de acordo com as especificações técnicas mínimas obrigatórias da solução e especificações dos níveis de serviços, especialmente descritas no “**Anexo I**” e “**Anexo II**” do **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, com fiel observância de todos os itens do escopo de fornecimento e dos serviços, compreendendo instalação, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia, bem como cumprimento de todos os prazos constantes do **Cronograma de execução físico-financeiro, Item 7 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, assim estabelecido:

**Subcláusula Primeira** - A Contratada terá o prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos** para entrega dos equipamentos/soluções, a contar da assinatura do Contrato, e em caso de descumprimento estará sujeita às penalidades previstas no Edital, no Contrato e nas legislações pertinentes.

**Subcláusula Segunda** – O prazo referenciado na Subcláusula anterior poderá ser prorrogado, uma única vez e pelo prazo máximo de **10 (dez) dias**, mediante justificativa devidamente fundamentada e comprovada pela Contratada, por escrito, pelo menos até 24h (vinte e quatro horas) antes da data fixada para a entrega, e aceita pela Administração.

**Subcláusula Terceira** – A entrega e a instalação dos equipamentos/soluções deverá ser acompanhada por técnicos do Contratante, e por técnicos da Contratada, que efetuarão os Testes de conformidade e verificação final dos equipamentos.

**Subcláusula Quarta** – A instalação completa da Solução especificada no “**Anexo II**” do **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, deverá ser realizada em até **25 (vinte cinco) dias** após a entrega dos equipamentos.

**Subcláusula Quinta** – A Contratada deverá fornecer **manutenção técnica do tipo corretiva**, para atendimento em caso de problemas nos equipamentos ou softwares, esclarecimentos de dúvidas técnicas, pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, sem limites de chamados técnicos em qualquer modalidade, e conforme estabelecido no **Item 3 do “Anexo II” do Termo de Referência**.

**Subcláusula Sexta** – A Contratada deverá indicar e comprovar vínculo contratual de, pelo menos, **02 (dois) profissionais técnicos**, com certificados comprobatórios do fabricante dos equipamentos/solução e em operação de hardware e software, compatíveis com os produtos objeto deste contrato.

**Subcláusula Sétima** - A Contratada deverá substituir os equipamentos que após a manutenção corretiva, em caso de persistirem os mesmos defeitos, sem ônus adicional para o Contratante, no seu total ou em parte, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados do recebimento da notificação.

**Subcláusula Oitava** - A garantia dos produtos especificados no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, será de **36 (trinta e seis) meses**, incluindo a assistência técnica dos equipamentos e softwares.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

Os equipamentos deverão ser entregues no CPD, situado na Sede do Ministério de Minas e Energia, Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Térreo, Sala 46, em Brasília/DF.

**Subcláusula Primeira** - De acordo com o artigo 73 da Lei nº 8.666/93, os equipamentos serão entregues conforme nota(s) de empenho(s) emitida(s) e serão recebidos por uma Comissão de Recebimento dos

equipamentos ou Fiscal Técnico, designados previamente pelo Contratante, mediante a emissão de **Termo de Aceite/Recebimento**, da seguinte forma

- a) **Provisoriamente** – imediatamente, após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos/soluções com as especificações e com a proposta, conforme modelo constante do “Anexo III” do Termo de Referência; e
- b) **Definitivamente** – após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações e com a proposta, pelo Contratante, no máximo, em 25 (vinte e cinco) dias úteis após o recebimento provisório, conforme modelo constante do “Anexo IV” do Termo de Referência.

**Subcláusula Segunda** - Os equipamentos serão considerados como recebidos depois de verificado as características e quantidades dos materiais/serviços, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, **Anexo I do Edital**, após instalados e testados.

**Subcláusula Terceira** - A Contratada obriga-se a executar o objeto deste Contrato de acordo estritamente com as especificações descritas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, sendo de sua inteira responsabilidade quando constatado pela Administração do Contratante, no seu recebimento, não estar em conformidade com as referidas especificações.

**Subcláusula Quarta** - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações específicas da Contratada, sem prejuízos das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis a este Contrato e aos equipamentos/soluções/serviços nele previsto:

**Subcláusula Primeira** – Cumprir integralmente o **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, as Cláusulas deste Instrumento, a legislação vigente, a proposta, bem como, todas as orientações do Contratante, observando sempre os critérios de qualidade dos equipamentos entregues e dos serviços a serem prestados.

**Subcláusula Segunda** - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a vigência do Contrato.

**Subcláusula Terceira** - Efetuar a entrega dos equipamentos de acordo com as especificações e demais condições previstas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital** e neste Contrato.

**Subcláusula Quarta** - Cumprir fielmente o que estabelecem o **Termo de Referência, Anexo I do Edital** e este Contrato de forma que os equipamentos a serem entregues e instalados estejam em perfeito funcionamento e dentro das normas técnicas estabelecidas pelos órgãos competentes.

**Subcláusula Quinta** - Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que indicam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pelo Contratante;

**Subcláusula Sexta** - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações demandadas, decorrentes de danos, culpa sua ou de qualquer de seus empregados e preposto, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento objeto desta contratação;

**Subcláusula Sétima** - Sujeitar-se à fiscalização do Contratante quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes;

**Subcláusula Oitava** - Responder por perdas e danos que vier a sofrer o Ministério de Minas e Energia ou terceiros, em razão de sua ação ou omissões, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, garantindo o contraditório e ampla defesa, nos termos da legislação aplicável;

**Subcláusula Nona** - Possuir técnicos devidamente qualificados/treinados pelo fabricante do equipamento para execução, instalação e testes dos equipamentos.

**Subcláusula Décima** - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Contratação;

**Subcláusula Décima Primeira** - Possuir estrutura de assistência técnica na cidade de Brasília. Entende-se por estrutura de assistência técnica a presença na cidade de Brasília-DF de técnicos com qualificação técnica comprovada nos procedimentos de manutenção para todo o escopo de fornecimento deste contrato.

**Subcláusula Décima Segunda** - Disponibilizar atendimento ao Contratante para abertura de chamados de assistência técnica através de linha 0800, 24 horas e sete dias por semana;

**Subcláusula Décima Terceira** - Prestar serviços de assistência técnica dos equipamentos por meio de manutenção preventiva e corretiva, durante o prazo de garantia, sem ônus para o Contratante.

**Subcláusula Décima Quarta** - Possuir técnicos devidamente qualificados/treinados pelo fabricante do equipamento, com habilidades técnicas para execução dos serviços de manutenção corretiva;

**Subcláusula Décima Quinta** - Substituir os equipamentos, após a manutenção corretiva, caso persistam os mesmos defeitos. Estes equipamentos deverão ser removidos a expensas da Contratada, no total ou em parte, no prazo máximo estipulado **no Termo de Referência, Anexo I do Edital** e neste Contrato, contados do recebimento da notificação que lhe for entregue oficialmente pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI.

**Subcláusula Décima Sexta** – Cumprir o início de atendimento e resolver problemas on-site conforme prazos estabelecidos no **Termo de Referência, Anexo I do Edital** e neste Contrato;

**Subcláusula Décima Sétima** - Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações específicas do Contratante:

**Subcláusula Primeira** – Exigir da Contratada o cumprimento integral das obrigações assumidas.

**Subcláusula Segunda** - Proporcionar todas as facilidades para a Contratada executar o fornecimento do objeto contratado, permitindo o acesso dos profissionais da Contratada às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas do Contratante, principalmente as de segurança, inclusive àquelas referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências.

**Subcláusula Terceira** - Tornar disponíveis os locais onde serão instalados os equipamentos

**Subcláusula Quarta** - Emitir, por intermédio da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, relatórios sobre os atos relativos à execução do Contrato que vier a ser firmado, em especial,

quanto ao acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções.

**Subcláusula Quinta** - Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade no objeto contratado, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**;

**Subcláusula Sexta** - Efetuar, no prazo e condições estabelecidos neste Instrumento, os pagamentos devidos à Contratada, com observância prévia dos recolhimentos dos encargos sociais;

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO**

O Contrato tem o valor global estimado de **R\$ 283.012,00** (Duzentos e oitenta e três mil e doze reais), resultante da aplicação dos preços indicados na Planilha abaixo e na Proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 04/2012, não estando sujeita a reajuste ou acréscimo de qualquer natureza:

Item	Descrição do Item	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
7	MÓDULO DE INTERFACE TIPO 4	2	10.991,00	21.982,00
11	SWITCH DE ACESSO TIPO 2	13	14.600,00	189.800,00
12	SWITCH DE ACESSO TIPO 3	2	8.500,00	17.000,00
13	SWITCH DE ACESSO TIPO 4	2	9.580,00	19.160,00
16	CABOS DE EMPILHAMENTO CURTO	6	850,00	5.100,00
18	INTERFACE GIGABIT ETHERNET TIPO 1	30	999,00	29.970,00
<b>VALOR GLOBAL</b>				<b>283.012,00</b>

**Subcláusula Única** – Nos preços acima estabelecidos estão compreendidos o fornecimento de solução de rede local de computadores com equipamentos switches, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, o objeto ora contratado, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações da Contratada, a título de revisão de preço ou reembolso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO**

O objeto desta contratação será faturado para a Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Ministério de Minas e Energia, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, sala 450, Brasília/DF, CEP 70065-900, CNPJ 37.115.383/0005-87.

**Subcláusula Única** – O nº do CNPJ constante no documento de cobrança deverá ser o mesmo constante na Nota de Empenho, sendo que nesta constará o número do CNPJ participante da licitação e informado na proposta comercial.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação, no valor total de **R\$ 283.012,00** (duzentos e oitenta e três mil e doze reais), ocorrerão por conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, exercício de 2012, ao encargo do Ministério de Minas e Energia, na seguinte classificação: Programa de Trabalho 25122211920000001, PTRES: 046806 e Natureza de Despesa: 449052.

## CLÁUSULA NONA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E REVISÃO DOS PREÇOS

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do Contrato ou de seu fornecimento, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. O Contratante, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, recolhendo-os nos respectivos prazos legais.

**Subcláusula Primeira** – Na apresentação da proposta deverão ser levados em conta, os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) incidentes sobre o fornecimento, não cabendo qualquer reivindicação resultante de erro nessa avaliação, para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**Subcláusula Segunda** – Uma vez apurado, no curso da contratação, que a Contratada acresceu indevidamente a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza não incidentes sobre o fornecimento contratado, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e reembolso ao Contratante dos valores porventura pagos à Contratada, atualizados monetariamente.

**Subcláusula Terceira** – Se, no decorrer do prazo de vigência do Contrato até o pagamento ocorrer qualquer dos seguintes eventos: criação de novos tributos; extinção de tributos existentes; alteração de alíquotas; instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém, de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre ao Contratante.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento do fornecimento da Solução e execução de serviços serão exercidos por servidores, especialmente designada pelo Contratante, por intermédio da CGTI/SPOA/MME, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do Contratante, devendo a Contratada franquear-lhe livre acesso aos locais de entrega/instalação/configuração, bem como aos registros e informações sobre o Contrato, conforme determina o art. 67 da Lei. nº 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** - A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

**Subcláusula Segunda** - A Fiscalização deverá confirmar a entrega da Solução/Equipamentos, quantitativa e qualitativamente, conforme especificações constantes do **Termo de Referência, Anexo I do Edital** e neste Contrato.

**Subcláusula Terceira** – A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, técnicos, fabricantes, etc.

**Subcláusula Quarta** – A responsabilidade da Contratada pelo fornecimento, instalação, configuração, manutenção, assistência e suporte técnico não será reduzida ou alterada em decorrência da existência da Fiscalização do Contratante.

**Subcláusula Quinta** – A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada da total responsabilização pela má execução do objeto contratado.

**Subcláusula Sexta** - Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a Fiscalização do Contratante:

- a) Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis ao correto fornecimento dos equipamentos/instalação, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e
- b) Sustar qualquer fornecimento de equipamento/instalação que esteja sendo realizado em desacordo com as especificações técnicas do **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens do Contratante ou de terceiros.

**Subcláusula Sétima** - Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Subcláusula Oitava** - O Fiscal do Contrato deverá exigir o cumprimento de todos os itens constantes das Cláusulas contratuais e da proposta da Contratada.

**Subcláusula Nona** - A Contratada deverá fornecer a Solução/Equipamentos descritos no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, a qual se compromete, desde já, submeter-se.

**Subcláusula Décima** - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas por escrito ao Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação/CGTI do Ministério de Minas e Energia, em tempo hábil para adoção das medidas saneadoras.

**Subcláusula Décima Primeira** - A Contratada indicará um representante para soluções de problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O período de vigência contratual será de **36 (trinta e seis) meses** a partir da sua assinatura pelo Ministério de Minas e Energia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DO CONTRATO**

A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis após a publicação do Contrato, garantia pela execução das obrigações assumidas, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades: Caução em dinheiro ou Título da Dívida Pública; Fiança Bancária; ou Seguro-Garantia.

**Subcláusula Primeira** - O prazo acima poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, mediante justificativa devidamente fundamentada pela Contratada aceita pelo Contratante.

**Subcláusula Segunda** - O não atendimento do prazo estabelecido acima implicará na aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

**Subcláusula Terceira** - A garantia a que se refere o caput desta Cláusula corresponderá a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato.

**Subcláusula Quarta** - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após o término do Contrato, caso não haja pendências, observado o disposto no art. 56, § 4º da Lei nº 8.666/93, se for o caso.

**Subcláusula Quinta** - No caso da utilização de garantia pelo Contratante, em função de quaisquer sanções administrativas aplicadas, a Contratada deverá fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e

improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pelo Contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas na **Cláusula Décima Quarta** deste Contrato.

**Subcláusula Sexta** - Quando se tratar de caução em dinheiro, a Contratada fará o devido recolhimento em entidade bancária. Quando prestada sob outra modalidade, deverá ser entregue na Coordenação de Administração de Contratos, sala 442 do Edifício Sede do Contratante.

**Subcláusula Sétima** - Quando a garantia for prestada através de Títulos da Dívida Pública, a titularidade destes deverá ser transferida ao Contratante, enquanto perdurarem as obrigações da Contratada.

**Subcláusula Oitava** - Em caso de fiança bancária, deverá constar do instrumento a renúncia, expressa pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos 827 e 836 do Código Civil Brasileiro, assim como conter cláusula de prorrogação automática, até que o Contratante confirme o cumprimento integral das obrigações da Contratada.

**Subcláusula Nona** - O Contratante poderá utilizar o valor da caução para cobrança de valores de sanções aplicadas na forma do Contrato, para se ressarcir de prejuízos resultantes de ação ou omissão da Contratada, bem como para liquidação de danos por ela causados a terceiros, na execução do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em 02 (duas) parcelas, mediante a apresentação de **Nota Fiscal/Fatura** discriminativa, devidamente atestada pelo setor competente do Contratante, no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura e aceite da Fiscalização, observado o disposto na Lei nº 4.320/64.

**Subcláusula Primeira** – Será efetuado o pagamento de **70% (setenta por cento)** do total dos equipamentos/soluções fornecidos na seguinte condição:

- a) Após apresentação do Termo de Recebimento Provisório (**TRP**), conforme modelo do “Anexo III” do Termo de Referência, emitido pelo Contratante, referente à entrega e conferência dos equipamentos, com a documentação fiscal e técnica; sendo que o prazo para emissão do **TRP** será de até **15 (quinze) dias** corridos;

**Subcláusula Segunda** – Será efetuado o pagamento de **30% (trinta por cento)** do valor total, na configuração, instalação e testes dos equipamentos/soluções, e na seguinte condição:

- a) Após apresentação do Termo de Recebimento Definitivo (**TRD**), conforme modelo do “Anexo IV” do Termo de Referência, emitido pelo Contratante, referente à conclusão desta etapa, com a documentação fiscal e técnica e após ter sido feitas, se for o caso, as correções ou pendências observadas e a adequação do objeto aos termos contratuais.

**Subcláusula Terceira** - No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal, o prazo de pagamento será suspenso e somente voltará a fluir após a apresentação de nova fatura correta. Para efeito da contagem do prazo de pagamento, a fatura será considerada aprovada se não for impugnada, por escrito, até o 5º (quinto) dia útil da sua apresentação.

**Subcláusula Quarta** - O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, na conta corrente da Contratada sob o nº **55.139-2**, da Agência **3404-5, Banco do Brasil**, contra apresentação da Nota Fiscal emitida pela Contratada, com o mesmo número do CNPJ participante da licitação e da Nota de Empenho.

**Subcláusula Quinta** - A Contratada não poderá fazer cessão dos créditos decorrentes do Contrato a ser assinado, sendo-lhe permitido, entretanto, dá-los em garantia de operações de financiamento, mediante



prévia anuência do Contratante, não se admitindo, porém, cobrança por intermédio de terceiros, sob pena de multa e rescisão contratual.

**Subcláusula Sexta** - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá estar regularizada junto a Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e as Fazendas Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede, cuja situação será confirmada mediante consulta *on-line* no SICAF.

**Subcláusula Sétima** - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de sanção administrativa ou inadimplência Contratual.

**Subcláusula Oitava** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será adotada para o expurgo a variação do IGP/DI no mês de apresentação da proposta, pro rata relativamente ao prazo para pagamento, conforme dispõe o art. 6º do Decreto n.º 1.110/94.

**Subcláusula Nona** - Dos pagamentos devidos à Contratada, o Contratante descontará:

- a) A importância das multas porventura aplicadas em função da entrega dos equipamentos;
- b) Os valores correspondentes aos eventuais danos causados por prepostos ou técnicos da Contratada a bens ou serviços do Contratante;
- c) Quaisquer outros débitos da Contratada para com o Contratante, independentemente de origem ou natureza.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Se a contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Edital e seus anexo e neste Contrato ou ainda qualquer documento que o integre, garantida a prévia defesa à Contratada, poderá a Administração aplicar-lhe as seguintes penalidades:

- a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) Multa moratória diária de **0,1%** (um décimo por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de atraso na assinatura da Ata ou do Contrato, limitada ao montante total de 2% (dois por cento);
- c) Multa moratória diária de **1%** (um por cento) sobre o valor da garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega, até o limite da mesma;
- d) Multa moratória diária de **0,5%** (cinco décimos por cento) sobre o valor total da parcela não executada do Contrato, em caso de descumprimento dos prazos do Cronograma físico-financeiro no Item 7 do Termo de Referência, limitada ao montante total de **2%** (dois por cento);
- e) Multa moratória diária de **0,5%** (cinco décimos um por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso no atendimento de chamado para suporte técnico quando solicitada pelo Contratante, limitada a 2% (dois por cento), por ocorrência;
- f) Multa compensatória de **5%** (cinco por cento) do valor total do Contrato, nos casos de descumprimentos de quaisquer obrigações não previstas acima;
- g) Multa compensatória de **10%** (dez por cento), sobre o valor contratado, quando o descumprimento resultar na anulação da Ata ou na rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas no Contrato;
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada na alínea anterior.

**Subcláusula Primeira** - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento dos equipamentos, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na Ata e das demais cominações legais.

**Subcláusula Segunda** - O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(o) ser descontado(s) do pagamento, da garantia prestada ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional através de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União.

**Subcláusula Terceira** - As sanções administrativas previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantida a prévia defesa.

**Subcláusula Quarta** - As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que repetir-se o motivo, não podendo ultrapassar a 30% do valor do Contrato, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.

**Subcláusula Quinta** - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito à Contratada, após o regular processo administrativo.

**Subcláusula Sexta** - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério do Contratante.

**Subcláusula Sétima** - O prazo para apresentação de recursos das penalidades aplicadas é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

**Subcláusula Oitava** - As sanções aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO**

São motivos para a rescisão do presente Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas Contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) A lentidão de seu cumprimento, levando o Contratante a comprovar a impossibilidade da execução das obrigações assumidas dentro da regularidade e prazos exigidos;
- d) O atraso injustificado no início da execução contratual;
- e) A paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- f) A subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem o serviço objeto deste Contrato.
- g) O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega dos equipamentos, assim como às de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução das obrigações assumidas, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que prejudique a execução deste Contrato;

- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- m) A supressão, por parte do Contratante, do fornecimento, acarretando modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, sem prévio acordo entre as partes;
- n) A suspensão do atendimento, por ordem escrita do Contratante por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Contratante decorrentes do fornecimento ou parcelas deste já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.
- q) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**Subcláusula Primeira**— Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Subcláusula Segunda** — A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos itens “a” a “l” e “p” desta Cláusula;
- b) Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Contratante;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**Subcláusula Quarta** – Quando a rescisão ocorrer com base nos itens “l” a “p” desta Cláusula, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pelo fornecimento licitado até a data da rescisão contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA**

A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no artigo 77, da Lei federal nº 8.666/93.

**Subcláusula Única** – A rescisão poderá se dar a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O Contratante providenciará a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial da União, nos termos do Art. 20 do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

Eventuais correspondências expedidas pelas partes contratantes deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.

**Subcláusula Primeira** – As comunicações feitas ao Contratante; deverão ser endereçadas à **Coordenação Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia**, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, sala 450-A, CEP 70.065-900, Telefone (61) 2032.5370, Fax (61) 2032.5951.

**Subcláusula Segunda** – As comunicações feitas à Contratada deverão ser endereçadas à **Redisul Informática Ltda**, situada à Rua Raphael Papa, 75 – Jardim Social – Curitiba-PR – CEP: 85.530-190 – Tel.: (41) 3201-2700/3263-3769 e Tel./Fax: (61) 3262.3000.

**Subcláusula Terceira** – Eventuais mudanças de endereço ou telefone devem ser informadas por escrito.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições expressas neste Instrumento, os contratantes citados firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

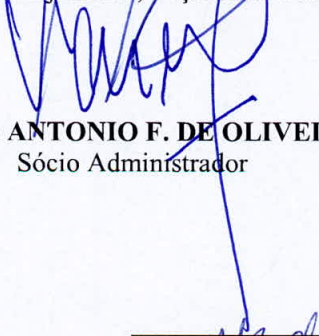
Brasília, 26 de Novembro de 2012.

Pelo CONTRATANTE:

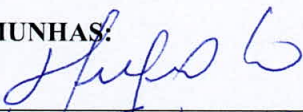
  
**MARCELO CRUZ**

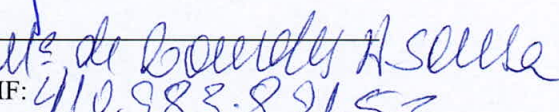
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração.

Pela CONTRATADA:

  
**PAULO ANTONIO F. DE OLIVEIRA**  
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

  
Nome: HELOISA VITIM/OPO  
CPF/MF: 101.661.731-3X

  
Nome: de Boreilly A. Sella  
CPF/MF: 410.988.821-53

**SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES****EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2012/FUNTEL-FINEP**

CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Processo nº 53000.041342/2012-98. CONTRATANTE: A União, por intermédio do Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL, CNPJ/MF 00.394.437/0032-53. CONTRATADO: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, CNPJ/MF 33.749.086/0001-09. Finalidade: Regular a abertura de crédito reembolsável concedido pelo FUNTEL à FINEP, com base na Resolução nº 91/2012, aprovada na 46ª Reunião Ordinária do seu Conselho Gestor de 04/10/2012, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinado a financiar planos de negócios, projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de promover o crescimento da capacidade de infraestrutura de telecomunicações para o aumento da oferta de acessos banda larga - em consonância com o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) - e que possibilitem o aprimoramento e a criação de dispositivos e serviços competitivos no mercado tecnológico brasileiro de telecomunicações. A despesa com a execução deste Contrato ocorrerá no exercício 2012 à conta do Programa de Trabalho 245722025050001. Elemento de Despesa 459066 e os recursos necessários ao atendimento dessas despesas estão comprometidos por meio da Nota de Empenho nº 2012NE000005. O FUNTEL fará as liberações, mediante crédito na Conta Única do Tesouro Nacional, na Unidade Gestora 365001, gestão 36801. Vigência: a partir da data de sua assinatura, sendo que o principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao FUNTEL em 20 (vinte) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 de abril subsequente ao término do período de carência o qual se constitui em 60 (sessenta) meses de carência a partir do início do mês de recebimento pela FINEP do montante acordado entre as partes. Data da Assinatura: 30/11/2012. Assinam: Maximiliano Salvadori Martinho, Presidente do Conselho Gestor do FUNTEL, CPF nº 158.543.988-69. João Alberto de Negri, Presidente em Exercício da FINEP, CPF nº 620.169.979-15 e Fernando de Nieldner Ribeiro, Diretor da FINEP, CPF nº 627.437.597-04.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A**

CNPJ nº 00.336.701/0001-04  
NIRE: 5330000223/1

**EXTRATOS DE CONTRATOS**

Contrato Administrativo nº. 160/2012  
Data de Assinatura: 27/11/2012  
Contratada: TELTEC NETWORKS LTDA. CGC 04.892.991/0001-15  
Vigência: 27.11.2012 a 26.11.2013  
Objeto: Aquisição de softwares e equipamentos de informática, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência.  
Valor total: R\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais).  
Signatários: p/ Telebras: Bolívar Farragó Moura Neto (diretor administrativo-financeiro e de relações com investidores) e Paulo Eduardo Henriques Kapp (diretor técnico-operacional, interino), p/ contratada: Diego Brites Ramos (gerente de negócios) e Daniel Raizer Ifeller (gerente de tecnologia)

Contrato Administrativo nº. 162/2012  
Data de Assinatura: 30/11/2012  
Contratada: PROIHIDRO ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA / CNPJ: 04.645.099/0001-30  
Vigência: 30.11.2012 a 29.11.2013  
Objeto: Prestação de serviços de extensão de redes elétricas provisórias e definitivas em baixa, média e alta tensão e ligação de energia provisória por meio de GMG, a serem utilizados na RNT, para atendimento da Rede Norte no Estado do Pará.  
Valor do contrato: R\$ 2.563.296,38 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos)  
Signatários: p/ Telebras: Caio Cezar Bonilha Rodrigues (presidente) e Paulo Eduardo Henriques Kapp (diretor técnico-operacional, interino) p/ contratada: Wilson da Silva Castelo Branco (sócio diretor)

Contrato Administrativo nº. 163/2012  
Data de Assinatura: 30/11/2012  
Contratada: PROIHIDRO ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA / CNPJ: 04.645.099/0001-30  
Vigência: 30.11.2012 a 29.11.2013  
Objeto: Prestação de serviços de extensão de redes elétricas provisórias e definitivas em baixa, média e alta tensão e ligação de energia provisória por meio de GMG, a serem utilizados na RNT, para atendimento da Rede Norte nos Estados do Amazonas, Roraima e Amapá.  
Valor do contrato: R\$ 1.738.532,90 (hum milhão, setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa centavos)  
Signatários: p/ Telebras: Caio Cezar Bonilha Rodrigues (presidente) e Paulo Eduardo Henriques Kapp (diretor técnico-operacional, interino) p/ contratada: Wilson da Silva Castelo Branco (sócio diretor)

**GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS****AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 51/2012 - UASG 925150**

Nº Processo: 443/2012. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de 20 (vinte) licenças do software Microsoft Visio Profissional 2010 na modalidade de licenciamento

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032012120300154

SELECT definido pelo PartNumber D87-01099, para criação de diagramas para o ambiente Windows, com o respectivo fornecimento de mídias e garantia de atualização das versões por um período de 3 (três) anos, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 03/12/2012 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h45. Endereço: SCS - Quadra 09 - Bl. "B" - Edifício Parque Cidade Corporate Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 03/12/2012 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 13/12/2012 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

(SIDECA - 30/11/2012) 925150-02600-2012NE000009

**PREGÃO Nº 52/2012 - UASG 925150**

Nº Processo: 101/2012. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação, mediante Registro de Preços, de materiais e serviços para fornecimento de estruturas verticais autoportantes do tipo Torre, Poste, Mastro, e Cavalete (Rooflon) em material metálico, para suporte de antenas de telecomunicações, Análise Estrutural e Reforço Estrutural de estruturas verticais e fundações, compreendendo o fornecimento de sondagem, projeto, confecção e montagem, em diversos estados do País, conforme especificações e condições do Edital e seus Anexos Total de Itens Licitados: 00258. Edital: 03/12/2012 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h35. Endereço: SCS, Quadra 9 Bloco b Salas 301 a 305 - Ed. Parque Cidade Corporate, Asa Sul - BRASILIA - DF Entrega das Propostas: a partir de 03/12/2012 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 18/12/2012 às 10h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

(SIDECA - 30/11/2012) 925150-02600-2012NE000009

**PREGÃO Nº 53/2012 - UASG 925150**

Nº Processo: 448/2012. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de 2 (dois) conjuntos de aparelhos de ar condicionado, contendo 1 (um) quadro elétrico e 1 (um) quadro de transferência automática (QTA) para atender o Centro Integrado de Gerência de Redes CIGR (NOC TELEBRAS), instalados na TELEBRAS SEDE, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 03/12/2012 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h45. Endereço: SCS - Quadra 09 - Bl. "B" - Edifício Parque Cidade Corporate Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 03/12/2012 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 13/12/2012 às 10h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

KARINA MACEDO MARRA  
Gerente

(SIDECA - 30/11/2012) 925150-02600-2012NE000009

**Ministério das Relações Exteriores****SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES  
CERIMONIAL****AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2012 - UASG 240012**

Nº Processo: 09048.000010/2012. Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de locação de veículos para a região Nordeste do Brasil conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00011. Edital: 03/12/2012 de 09h00 às 13h00 e de 15h às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Ministérios Bl."h" 8.andar Sala 807/808 Esplanada Dos Ministérios - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 03/12/2012 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 13/12/2012 às 10h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: Havendo divergências entre o edital e o sistema, prevalecerão as disposições do edital.

GUILHERME ANDRE JAPPE  
Pregoeiro

(SIDECA - 30/11/2012) 240013-00001-2012NE800001

**Ministério de Minas e Energia****SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2012-MME**

Nº Processo: 48000.002285/2011-19. Contratante: Ministério de Minas e Energia - MME. Contratada: Redius Informática Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para fornecimento, instalação e configuração de Solução de Rede local de computadores com Equipamentos Switches, Sistemas de Se-

gurança e Solução de correlação de eventos, incluindo também, testes da solução ofertada, manutenção e assistência técnica, mediante o Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência do MME. Fundamento Legal: Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, 3.555 de 08/08/2000, 3.931 de 19/09/2001, 7.174 de 12/05/2010; IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010; IN/SLTI/MPOG nº 04 de 12/11/2010 e suas alterações; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 no que couber e com aplicação subsidiária da Lei 8.666 de 21/06/1993, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Vigência: 26.11.2012 a 26.11.2015. Valor Total: R\$ 283.012,00. Data de Assinatura: 26.11.2012. Signatários: Pelo MME: Marcelo Cruz - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Pela Redius Informática Ltda.: Paulo Antonio F. de Oliveira - Sócio Administrador.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2012-MME**

Nº Processo: 48000.001968/2011-41. Contratante: Ministério de Minas e Energia - MME. Contratada: CAVIGLIA & CIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada na fabricação e instalação de arquivos deslizantes mecânicos. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Decretos nºs 5.450/05, 3.555/00, 3.931/01, IN/SLTI/MPOG 01/2010 e 02/2008, Lei Complementar nº 123/06, e com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Vigência: 27.11.2012 a 26.03.2013. Valor Total: R\$ 328.280,00. Data de Assinatura: 27.11.2012. Signatários: Pelo MME: Marcelo Cruz - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Pela CAVIGLIA & CIA LTDA: Robson Bezerra Porto Dóres - Representante Legal.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2012**

Processo nº: 48000.001110/2011-86. Cedente: A União, através do Ministério de Minas e Energia - MME. Cessionário: Caixa Econômica Federal. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 32/2011-MME e o acréscimo do valor do Recolhimento da Taxa Administrativa em 34,66%. Fundamento Legal: Inciso II, do artigo 57 e § 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 30/11/2012 a 30/11/2013. Data de Assinatura: 30.11.2012. Signatários: Pelo Cedente: Marcelo Cruz - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Pelo Cessionário: Bruno Silva da Silveira - Gerente de Filial.

**COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS  
LOGÍSTICOS****AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2012 - UASG 320004**

Nº Processo: 48000001695201215. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos para atender a demanda no Serviço de Atendimento Odontológico do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, em conformidade com as especificações técnicas e quantitativos consignados no Edital. Total de Itens Licitados: 00088. Edital: 03/12/2012 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Ministérios Bloco "u" - Sala 433 Centro - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 03/12/2012 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 13/12/2012 às 10h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: Edital disponível no site [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)

CLAUDETTE MARTINS  
Pregoeira

(SIDECA - 30/11/2012) 320004-00001-2012NE800392

**AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA  
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E  
CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIO****AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2012 - UASG 323028**

Nº Processo: 48500001536201280. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Solução de Segurança de Rede para proteção do ambiente corporativo da ANEEL. Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 03/12/2012 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h50. Endereço: Sgan Quadra 603 Bloco j Ou Sítios: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br) Asa Norte - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 03/12/2012 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 17/12/2012 às 10h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

UBIRATA BARTOLOMEU PICKRODT SOARES  
Superintendente

(SIDECA - 30/11/2012) 323028-00001-2012NE800189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.